



Manifesto do Cooperativismo
da Agricultura Familiar para a
COP 30

*Semeando um futuro sustentável
com cooperação, justiça e inclusão*

Prólogo

“Cuidar da terra e do meio ambiente é cuidar da humanidade.”

// PAPA FRANCISCO



“Transformar nossos sistemas alimentares é crucial para acabar com a fome e enfrentar a crise climática.”

// ANTÓNIO GUTERRES, Secretário-Geral da ONU



“A segurança alimentar é a primeira liberdade humana.”

// AMARTYA SEN, Prêmio Nobel de Economia



“A agricultura familiar é central para um futuro sustentável e resiliente.”

// QU DONGYU, Diretor-Geral da FAO



Estas vozes nos inspiram a apresentar este manifesto, que busca inserir a agricultura familiar e o cooperativismo solidário no centro da agenda climática global na COP 30.

Vozes da Terra

A seguir, compartilhamos a poesia de George Freitas Santos, agricultor e poeta, que expressa a realidade vivida nas comunidades rurais diante da crise climática — uma realidade que nos convoca à ação.

DE TEMPOS EM TEMPOS

Fui visitar meu sertão

Achei tudo diferente dos tempos de antigamente

Mudou o tempo das trovoadas

E os costumes da nossa gente

Hoje não se busca mais água em cacimba

Chora o sertanejo seguindo sua sina

Apagaram o lampião

Botaram água encantada

Mas derrubaram a caatinga para fazer pasto e abrir estradas

Trouxeram “progresso”

, mas esqueceram de pedir acesso para pisar nessa terra sagrada

Hoje o que se vê é o mundo doente

Falo principalmente da gente

Que tendo um mundo real, criamos um virtual para “alegrar” nossa gente

Falta pisar no chão, entender essa relação

Sentir que faz parte, até porque morar em Marte ainda não é uma opção!

Seguimos o ritmo da tecnologia, queremos sempre mais...

Mas como diria o “matuto”

– Até onde nós vai?

Olhar para cima sempre foi algo natural, sonhar com as estrelas não faz mal...

Mas também é preciso manter os pés no chão

Entender a importância do que está ao alcance das nossas mãos

“Cuidar do planeta”

Parece até um bordão

Mas é preciso compreender a questão

Pois nesse jogo, diferente do futebol, não pode haver substituição..

Hoje lugares diferentes sofrem o mesmo que a gente

Chuvas escassas, outra hora inundação

Ventos fortes por falta de vegetação

Seja no rural ou no urbano, sofre toda a população

Se aqui é difícil plantar e colher

Lá fica impossível se manter

Até criamos sementes resistentes, adubos “eficientes”

Mas hoje vemos o preço sendo pago pela saúde da gente

Antigamente era diferente!

Tinha os bancos de sementes

Plantava, colhia e vendia o excedente

Práticas que hoje são estudadas, mas que já eram usadas nos tempos antigamente

Hoje o clima tá muito diferente

A terra está cada vez mais quente

Eu fico me perguntando o que será da gente?

Ah se voltasse os tempos de antigamente...

George Freitas Santos

Mensagem do Sistema



Em nome das cooperativas da agricultura familiar do Brasil e do mundo, a Confederação UNICAFES e a Associação UNICAFES vêm, com respeito e esperança, dirigir este apelo aos negociadores da COP 30, aos órgãos do Governo Federal, às organizações internacionais e aos representantes do Poder Legislativo.

Estamos diante de uma oportunidade histórica. Pela primeira vez, a Conferência das Partes será realizada no coração da Amazônia, um dos biomas mais estratégicos para a preservação da vida e para o futuro do planeta. Neste contexto, é imperativo que as cooperativas da agricultura familiar, legítimas representantes dos povos do campo, das florestas e das águas, sejam protagonistas nas discussões e nas decisões que definirão o futuro climático da humanidade.

O cooperativismo da agricultura familiar é uma força viva em escala global: são mais de 3 milhões de cooperativas em 150 países, congregando 1,2 bilhão de pessoas e gerando cerca de 250 milhões de empregos diretos. No Brasil, a agricultura familiar responde por aproximadamente 70% dos alimentos que chegam às mesas de nossas famílias, assegurando soberania alimentar, preservando a biodiversidade e promovendo o desenvolvimento territorial sustentável.

As cooperativas da agricultura familiar não são apenas agentes produtivos: são agentes de transformação social, de justiça climática, de proteção ambiental e de inclusão econômica. Somos construtores da paz social nos territórios e protagonistas de soluções concretas para enfrentar a crise climática — promovendo a agroecologia, a bioeconomia, a economia solidária, a transição energética justa e a segurança alimentar para todos.

Neste Ano Internacional das Cooperativas, e no marco da Década da Agricultura Familiar estabelecida pela ONU, fazemos um chamado urgente:

- Que as cooperativas da agricultura familiar sejam plenamente reconhecidas, incluídas e ouvidas nas negociações da COP 30.
- Que estejamos presentes nos espaços de debate, contribuindo com nossa experiência, nossas propostas e nossa visão de futuro.
- Que sejamos incorporados aos planos de ação nacionais e internacionais que visam a construção de um planeta mais justo, sustentável e solidário.

Não há justiça climática sem justiça rural. Não há segurança alimentar sem agricultura familiar organizada. Não haverá transição energética justa sem a força da cooperação no campo.

A UNICAFES reafirma seu compromisso de continuar trabalhando, em aliança com todos os setores, para que a COP 30 deixe como legado não apenas compromissos assinados, mas também políticas públicas efetivas que reconheçam e fortaleçam quem há décadas protege e cultiva a vida na terra: os agricultores e agricultoras familiares organizados em cooperativas.

Fátima Torres

Presidenta, Confederação UNICAFES

Aparecido Souza

Presidente, Associação UNICAFES

Sumário

Introdução	8
Cooperativismo: Construindo um Futuro Justo e Sustentável.....	12
2025: O Ano Internacional das Cooperativas	14
Cooperativismo Solidário: Caminho para a Democracia Econômica e a Justiça Social	16
A Agricultura Familiar: Pilar da Segurança Alimentar e da Sustentabilidade.....	18
A Década da Agricultura Familiar: uma agenda estratégica para o planeta e os povos do campo	20
O Cooperativismo da Agricultura Familiar na Amazônia: Pesquisa, Realidade e Perspectivas.....	22
Aliança Global contra a Fome e a Pobreza: o cooperativismo da agricultura familiar como força motriz para o desenvolvimento sustentável.....	26
O Sistema UNICAFES.....	28
Panorama das Práticas Sustentáveis no Sistema UNICAFES	32
Públicos-Alvo do Manifesto do Cooperativismo da Agricultura Familiar para a COP 30	34
Premissas dos pleitos do cooperativismo da agricultura familiar para a COP 30	38
Pleitos do cooperativismo da agricultura familiar para a COP 30.....	42
Reconhecimentos e Alianças em Prol da Sustentabilidade.....	48
Liderança Nacional UNICAFES.....	54
Referências	56



Introdução

Em um momento histórico de confluência entre o Ano Internacional das Cooperativas, a Década da Agricultura Familiar (2019-2028) e os 20 anos da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), o presente manifesto é uma chamada à ação global em prol do fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar como pilar fundamental para o enfrentamento das mudanças climáticas e para a promoção de um desenvolvimento rural justo, solidário e sustentável.

O Brasil tem assumido papel de destaque no âmbito da diplomacia climática e da construção de soluções sustentáveis, especialmente no contexto da organização da 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), que ocorrerá em Belém, no estado do Pará. Este evento será um marco para o fortalecimento das vozes da agricultura familiar e dos povos da floresta, promovendo a inclusão social, a transição agroecológica e a soberania alimentar como respostas concretas à crise climática.

O modelo de negócio cooperativo foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas como um facilitador do desenvolvimento sustentável, sendo celebrado como tal no Ano Internacional das Cooperativas. De igual forma, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reconheceu a relevância dos agricultores familiares para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituindo a Década da Agricultura Familiar. A UNICAFES, como organização representativa do cooperativismo da agricultura familiar no Brasil, reafirma seu compromisso com a implementação dos ODS em seus territórios de atuação.

Dados da Embrapa indicam que a agricultura familiar responde por 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, ocupando 23% da área total e gerando cerca de 10% do PIB nacional. A agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, desempenhando papel central na segurança alimentar e na gestão ambiental do território nacional. Segundo o IBGE, cerca de 80% dos estabelecimentos agropecuários na Amazônia são classificados como de agricultura familiar.

O cooperativismo é um instrumento essencial de organização econômica e produtiva das famílias agricultoras. De acordo com dados sistematizados pela UNICAFES e apresentados às instituições parceiras, o Sistema UNICAFES representa hoje mais de 1.500 cooperativas e 1 milhão de famílias cooperadas em 21 estados brasileiros. As cooperativas promovem a inclusão produtiva, a geração de renda e a permanência das famílias no campo, além de fomentar processos de transição energética e agroecológica.

Estudo do IPEA (2023) evidencia que as cooperativas da agricultura familiar contribuem para a dinamização econômica regional, redução de desigualdades e fortalecimento da sociobioeconomia, especialmente na Amazônia Legal. Mais de 85% dos municípios da Amazônia apresentam presença de cooperativas ou associações da agricultura familiar, com destaque para a produção extrativista sustentável.

A UNICAFES propõe, neste manifesto, que a COP 30 reconheça e valorize o papel das cooperativas da agricultura familiar como agentes da transição climática justa. As cooperativas são protagonistas em soluções como o acesso à energia solar, o beneficiamento de produtos da sociobioeconomia com baixa pegada de carbono, a restauração produtiva de biomas, e a geração de empregos verdes em territórios vulnerabilizados.

Reafirmamos também nosso compromisso com o Grupo de Sharm El-Sheikh sobre a Implementação da Agenda Climática na Agricultura, promovido no âmbito da UNFCCC, cujo objetivo é desenvolver políticas que integrem sustentabilidade ambiental e segurança alimentar. As cooperativas da agricultura familiar brasileiras estão prontas para contribuir com conhecimento, experiências e boas práticas nessa construção coletiva.

A UNICAFES, ao celebrar duas décadas de atuação, reafirma sua missão de fortalecer um modelo cooperativo fundado na solidariedade, na sustentabilidade, na geração de renda e na transição para uma economia de baixo carbono. Que a COP 30 seja um marco para a construção de um novo paradigma rural, centrado nas pessoas, na floresta em pé e na vida com dignidade.

Sentimos orgulho do que somos e da força que brota da terra pelas mãos de quem cultiva o alimento com respeito à vida, à natureza e às comunidades. Somos a agricultura familiar brasileira — diversidade, resistência e inovação enraizadas em cada território. Mais do que preparados, estamos comprometidos em contribuir ativamente com um futuro mais sustentável, justo e inclusivo.

Que este seja um tempo histórico de encontros e convergências, em que parcerias se aprofundem, compromissos se tornem ação concreta e o cooperativismo da agricultura familiar siga como protagonista da transformação que o mundo tanto precisa. Queremos construir, junto com aliados em todo o planeta, um modelo de desenvolvimento que mantenha a floresta em pé, fortaleça economias locais e garanta dignidade para quem vive e produz no campo.

Convocamos governos, organismos internacionais e toda a sociedade a reconhecerem o cooperativismo da agricultura familiar como solução viva, eficaz e necessária diante da crise climática. Essa não é apenas uma luta ambiental — é uma chance concreta de transformar nossa realidade econômica, social e ambiental com base na cooperação, na justiça e na equidade.

Acreditamos, com todas as raízes do nosso trabalho, que é possível ir além dos limites estabelecidos, gerar impacto positivo e fazer florescer um futuro onde a esperança seja cultivada com ação, solidariedade e compromisso. É da terra que nasce o alimento. E é da união dos que a cultivam que nasce um novo amanhã — mais verde, mais justo, mais humano.

Da COP 29 à COP 30: a inserção da agricultura familiar no debate global sobre mudança climática

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas realizada em Baku, Azerbaijão — a COP 29 — marcou um importante avanço na construção de uma agenda climática mais inclusiva e conectada às realidades dos territórios rurais. Pela primeira vez de maneira estruturada, a agricultura familiar foi reconhecida como agente fundamental para a segurança alimentar, a resiliência climática e a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

Durante a COP 29, destacou-se que 90% das propriedades agrícolas do mundo são familiares, sendo responsáveis por mais de 80% da produção global de alimentos. No entanto, embora sejam protagonistas na preservação da biodiversidade e na promoção de práticas agrícolas de baixo carbono, os agricultores familiares recebem menos de 1% dos recursos globais de financiamento climático. A conferência evidenciou essa disparidade e iniciou movimentos de advocacy por mais e melhor financiamento para a agricultura familiar no contexto da ação climática.

Foram defendidas, ainda, práticas agroecológicas, circuitos curtos de comercialização e políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura de base familiar como estratégias essenciais de adaptação e mitigação às mudanças

climáticas. Organizações de agricultores, como o Fórum Rural Mundial e redes de cooperação internacional, propuseram a criação de um Fundo Global de Resiliência da Agricultura Familiar, reivindicando seu papel central nos sistemas alimentares do futuro.

Neste contexto, a realização da COP 30 na Amazônia, em Belém do Pará, constitui uma oportunidade histórica para consolidar e ampliar o espaço da agricultura familiar no debate global. A COP 30 será a primeira conferência climática sediada no coração de um dos principais biomas do planeta — uma região onde vivem, produzem e resistem milhares de famílias agricultoras, povos indígenas, comunidades tradicionais e cooperativas comprometidas com práticas sustentáveis.

É nesse cenário que a agricultura familiar, especialmente aquela organizada em cooperativas solidárias, se apresenta não apenas como uma vítima das mudanças climáticas, mas, sobretudo, como parte ativa da solução. Agricultores e agricultoras familiares são guardiões da biodiversidade, promotores da segurança e soberania alimentar, articuladores de práticas de produção sustentáveis e protagonistas na construção de uma transição ecológica justa.

Assim, da COP 29 à COP 30, a mensagem que ecoa dos campos, florestas e águas é clara: não haverá justiça climática sem justiça rural. Não haverá transição ecológica sem a agricultura familiar como protagonista.

Este Manifesto é um chamado urgente à ação: pela inclusão, pela escuta ativa, pelo fortalecimento e pela valorização da agricultura familiar nos caminhos de construção do futuro climático do planeta.



Cooperativismo: Construindo um Futuro Justo e Sustentável

O cooperativismo é, ao mesmo tempo, um modelo econômico e uma filosofia social que busca equilibrar a geração de riqueza com a promoção da justiça social, da democracia econômica e da sustentabilidade ambiental. Nasce da união voluntária de pessoas que se associam para satisfazer necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade coletiva e de gestão democrática.

O cooperativismo é regido por **sete princípios universais**, que constituem a base ética e operacional das cooperativas:

Esses princípios estão enraizados em valores fundamentais como a solidariedade, a responsabilidade compartilhada, a equidade, a democracia, a autoajuda, a transparência e o respeito pela dignidade humana.

O cooperativismo é, hoje, uma força econômica e social de magnitude global. De acordo com dados da Aliança Cooperativa Internacional, existem no mundo mais de 3 milhões de cooperativas, presentes em mais de 150 países, congregando aproximadamente 1 bilhão de pessoas — o que equivale a cerca de 16% da população mundial. O setor cooperativo gera cerca de 250 milhões de empregos diretos, representando quase 10% da força de trabalho global.

Esses números evidenciam que o cooperativismo é um dos maiores movimentos econômicos e sociais do planeta, desempenhando papel vital no fortalecimento da democracia econômica, na redução da pobreza, na promoção da segurança alimentar e na proteção ambiental.



2025

O Ano Internacional das Cooperativas



Ano Internacional das Cooperativas

Reconhecendo essa importância, a Organização das Nações Unidas proclamou 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas, pela segunda vez na história. A iniciativa visa destacar o impacto positivo das cooperativas na construção de sociedades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis, reafirmando seu papel essencial no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Sob o lema **“Cooperativas constroem um mundo melhor”**, o Ano Internacional das Cooperativas de 2025 celebra a capacidade única das cooperativas de mobilizar comunidades, democratizar a economia, preservar os recursos naturais e gerar desenvolvimento equitativo, especialmente em tempos de crise climática e desigualdades globais.

Em especial no campo, as cooperativas da agricultura familiar são guardiãs da biodiversidade, agentes de segurança e soberania alimentar, promotoras de práticas agroecológicas e protagonistas de soluções inovadoras para enfrentar as mudanças climáticas.

O movimento cooperativista — baseado na força da coletividade, na democracia participativa e na solidariedade — demonstra que é possível construir modelos de desenvolvimento que respeitam os limites do planeta, valorizam as comunidades locais e garantem dignidade às futuras gerações.

Acreditamos que não haverá justiça climática sem justiça rural, nem desenvolvimento sustentável sem o fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar.

O futuro que queremos passa, necessariamente, pelas mãos que cultivam, cooperam e cuidam.



Cooperativismo Solidário: Caminho para a Democracia Econômica e a Justiça Social

O cooperativismo solidário é uma expressão avançada do movimento cooperativo, que se articula diretamente com os princípios da economia solidária, defendida e sistematizada por pensadores como Paul Singer, Luis Razeto Migliaro e Jean-Louis Laville. Mais do que uma forma de organização produtiva, trata-se de uma proposta ética, política e econômica de transformação social, voltada à construção de uma economia centrada nas pessoas e no bem comum.

Para Paul Singer, um dos maiores defensores da economia solidária no Brasil, o cooperativismo solidário representa uma alternativa concreta ao modelo capitalista tradicional, por promover a autogestão, a democracia direta nas relações de produção, a inclusão social e a reciprocidade econômica. Ele via na organização coletiva do trabalho e na gestão compartilhada dos meios de produção um caminho possível para superar a exclusão e a precarização impostas pelo mercado.

Nesse sentido, o cooperativismo solidário rompe com a lógica da acumulação individual e da concorrência predatória, propondo formas associativas de produzir, distribuir e consumir, com base na cooperação, na justiça distributiva e na sustentabilidade dos territórios. É, portanto, uma estratégia de resistência, emancipação e inovação, profundamente enraizada nos saberes populares, nos vínculos comunitários e na luta histórica por dignidade no campo e na cidade.

Nas cooperativas da agricultura familiar organizadas pela UNICAFES, esse modelo ganha forma concreta: milhares de famílias agricultoras constroem economias territoriais sustentáveis, geram renda com autonomia, protegem biomas e constroem, diariamente, experiências reais de economia transformadora.

O cooperativismo solidário é, assim, uma força vital para a transição ecológica justa, pois conjuga a valorização da vida com a produção de bens e saberes, fortalece a soberania dos povos sobre seus meios de existência e contribui decisivamente para o combate à fome, à pobreza e à exclusão.

Inspirado por Paul Singer e tantos outros que acreditaram no poder da cooperação, reafirmamos: um outro mundo é possível — e já está sendo construído, pelas mãos que plantam, cooperam e resistem.



A Agricultura Familiar: Pilar da Segurança Alimentar e da Sustentabilidade

A agricultura familiar é muito mais do que um modelo de produção: é a expressão viva da relação equilibrada entre o ser humano e a natureza, da cultura dos territórios e da construção de sociedades justas e sustentáveis. Em todo o mundo, a agricultura familiar é o alicerce da segurança alimentar, da preservação da biodiversidade e da resiliência climática.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a agricultura familiar responde por cerca de 80% de toda a produção de alimentos no mundo e ocupa aproximadamente 70% das terras agrícolas globais. Estima-se que existam mais de 600 milhões de unidades de produção familiar em operação no planeta, sustentando a vida de bilhões de pessoas e gerando trabalho e renda em todos os continentes.

No Brasil, a importância da agricultura familiar é ainda mais marcante. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), o país possui cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos familiares rurais, representando 77% do total de propriedades rurais e empregando diretamente 67% da força de trabalho no campo. A agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam diariamente às mesas brasileiras, incluindo a maior parte da produção de feijão, mandioca, milho, leite, carne suína e de aves, hortaliças e frutas.

Reconhecendo a centralidade da agricultura familiar para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Organização das Nações Unidas declarou o período de 2019 a 2028 como a Década da Agricultura Familiar. Esta iniciativa global visa colocar a agricultura

familiar no centro das estratégias de desenvolvimento sustentável, combate à fome, erradicação da pobreza e enfrentamento da crise climática.

Complementarmente, em 2026, a ONU celebrará o Ano Internacional das Mulheres Rurais, reconhecendo a contribuição vital das mulheres para a produção de alimentos, a preservação dos recursos naturais e a coesão social dos territórios rurais. No Brasil, as mulheres agricultoras familiares representam cerca de 30% da força produtiva no campo, sendo protagonistas de processos de transição agroecológica, inclusão produtiva e fortalecimento comunitário.

O fortalecimento da agricultura familiar também passa por políticas públicas eficazes. Programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambas políticas de Estado no Brasil, são exemplos exitosos de iniciativas que articulam produção sustentável, acesso a mercados institucionais e combate à insegurança alimentar. O PNAE, por exemplo, assegura que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam utilizados na compra de alimentos da agricultura familiar, promovendo circuitos curtos de comercialização e alimentos saudáveis nas escolas públicas.

A continuidade e o fortalecimento de políticas como o PNAE e o PAA são fundamentais para garantir renda digna às famílias agricultoras, impulsionar a produção sustentável de alimentos, estimular a economia local e construir sistemas alimentares mais justos, resilientes e sustentáveis.

A agricultura familiar é, portanto, um vetor de esperança em tempos de crise. Defender e fortalecer a agricultura familiar é defender a vida, a soberania alimentar, a justiça social e o futuro do planeta.



A Década da Agricultura Familiar: uma agenda estratégica para o planeta e os povos do campo

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o período de 2019 a 2028 como a Década da Agricultura Familiar, com o objetivo de reconhecer, fortalecer e integrar as contribuições dos agricultores e agricultoras familiares para a erradicação da fome, a promoção do desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade.

A agricultura familiar é responsável por cerca de 80% da produção mundial de alimentos, e desempenha um papel central na segurança alimentar, na gestão dos recursos naturais, na valorização dos saberes tradicionais e na coesão social das comunidades rurais. No entanto, segue sendo historicamente subvalorizada nas políticas públicas e pouco integrada às estratégias globais de enfrentamento à mudança do clima.

A Década da Agricultura Familiar convida os países a promoverem políticas integradas, inclusivas e territorializadas, com foco na justiça social, no fortalecimento organizativo, no acesso a mercados e na resiliência produtiva frente às emergências climáticas. Trata-se de uma agenda transformadora, que exige diálogo permanente entre governos, sociedade civil e organizações representativas do campo.

Nesse contexto, as cooperativas da agricultura familiar são pilares estratégicos da Década. Elas contribuem para a transição agroecológica, para a inclusão produtiva de mulheres e jovens, para a geração de renda e para a governança participativa dos territórios. Combinando solidariedade econômica com eficiência produtiva, o cooperativismo da agricultura familiar é motor de inovação social, integração territorial e protagonismo climático.

Cooperativas como Vetores da Transformação dos Sistemas Agroalimentares

Segundo o relatório “Accelerating Cooperative-Led Transformation of Agrifood Systems”, publicado pela FAO em 2023, as cooperativas desempenham um papel central na construção de sistemas agroalimentares mais sustentáveis, inclusivos e resilientes.

O estudo evidencia que as cooperativas:

- Conectam agricultores familiares a mercados, crédito e tecnologias, aumentando sua eficiência produtiva e capacidade de agregação de valor;
- Fortalecem a inclusão econômica de mulheres, jovens e povos tradicionais, promovendo a equidade nos territórios;
- Facilitam a adoção de práticas sustentáveis, como agroecologia, gestão de recursos naturais e uso de energias renováveis.

Ainda de acordo com a FAO, investir no fortalecimento das cooperativas é estratégico para que os países avancem na Agenda 2030, nos compromissos do Acordo de Paris e nos processos de transição ecológica justa. O relatório recomenda que os governos incluam as cooperativas agrícolas nas estratégias nacionais de transformação dos sistemas agroalimentares, reconhecendo-as como atores essenciais da agenda climática e da segurança alimentar global.

Neste sentido, o Manifesto das Cooperativas da Agricultura Familiar para a COP 30 reforça: não haverá transformação real dos sistemas alimentares sem o protagonismo das cooperativas que cultivam, cuidam e sustentam a vida nos territórios.

O Cooperativismo da Agricultura Familiar na Amazônia: Pesquisa, Realidade e Perspectivas



O cooperativismo da agricultura familiar na Amazônia revela um vasto e ainda pouco explorado potencial para promover a sustentabilidade, fortalecer comunidades locais e proteger a biodiversidade. Para ampliar o conhecimento sobre esse setor estratégico, foi conduzido em 2024 um estudo técnico-científico inédito, que se propôs a mapear e analisar o perfil das cooperativas da agricultura familiar nos nove estados da Amazônia Legal.

A pesquisa foi realizada no âmbito de uma consultoria técnica para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O trabalho foi liderado pelo pesquisador Dr. Alair Freitas, especialista em desenvolvimento rural, cooperativismo e bioeconomia, associado à Universidade Federal de Viçosa (UFV). A investigação articulou-se também com a pesquisa “O papel das cooperativas na construção de sistemas alimentares sustentáveis e resilientes na Amazônia”, apoiada pela chamada pública CNPq/SESCOOP 11/2022, reforçando sua base acadêmica e científica.



Metodologia

A abordagem foi qualitativa e descritiva, combinando análise de bases estatísticas públicas (como o Censo Agropecuário 2017, a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) e o banco de dados de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP) com entrevistas semiestruturadas realizadas junto a 24 cooperativas da agricultura familiar nos estados da Amazônia. Também foram conduzidos grupos focais com organizações de apoio e pesquisa documental sobre o ambiente regulatório.



Principais resultados

- Foram identificadas 561 cooperativas da agricultura familiar na Amazônia, das quais 218 possuíam DAP Jurídica ativa, congregando mais de 15.800 cooperados.
- A maioria dos cooperados são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas e povos e comunidades tradicionais.
- Em 85% dos municípios da Amazônia existem cooperativas da agricultura familiar.
- As cooperativas da região têm papel crucial no acesso a assistência técnica, crédito rural, comercialização de produtos da sociobiodiversidade (como açaí, castanha-do-pará, borracha e pescado) e promoção da inclusão produtiva.
- O estudo aponta que cooperativas apresentam condições produtivas e de comercialização superiores às dos agricultores não cooperativados.



Financiadores e instituições envolvidas

- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).



Importância estratégica

A pesquisa evidencia que, para consolidar a bioeconomia da floresta e promover uma transição ecológica justa, é imprescindível fortalecer o cooperativismo da agricultura familiar na Amazônia. No entanto, persistem desafios estruturais: acesso limitado a crédito, baixa conectividade digital, necessidade de formação gerencial e escassez de políticas públicas específicas.

O estudo alerta também para a invisibilidade institucional dessas cooperativas e a carência de dados sistematizados sobre sua atuação, o que reforça a necessidade de ações governamentais de fomento, financiamento e valorização.

A realização da COP 30 em Belém, no coração da Amazônia, representa uma oportunidade histórica para que o cooperativismo da agricultura familiar seja reconhecido como pilar estratégico da sustentabilidade, da segurança alimentar e da preservação florestal. Incluir essas cooperativas nas negociações climáticas é, portanto, fortalecer quem cultiva, preserva e gera vida em um dos biomas mais importantes do planeta.



FOTO: KEVIN DAMASIO



*Aliança Global contra
a Fome e a Pobreza:
o cooperativismo da
agricultura familiar
como força motriz para o
desenvolvimento sustentável*



Em 2024, durante sua presidência do G20, o Brasil lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma iniciativa ambiciosa que reafirma o compromisso internacional com a erradicação da fome, a redução das desigualdades e a construção de sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis. A Aliança propõe ações concretas para ampliar o acesso à alimentação adequada, fortalecer a agricultura de base familiar e promover a justiça social como pilar de um novo paradigma de desenvolvimento.

Neste contexto, o cooperativismo da agricultura familiar se apresenta como uma estratégia vital para transformar as estruturas produtivas e de governança dos territórios rurais. As cooperativas organizadas por agricultores e agricultoras familiares promovem a produção de alimentos saudáveis, a inclusão produtiva de mulheres e jovens, o uso sustentável dos recursos naturais e a geração de renda com base na solidariedade e na democracia econômica.

Com mais de 1.500 cooperativas filiadas, representando cerca de 1 milhão de famílias agricultoras em todo o Brasil, a UNICAFES demonstra, na prática, o potencial do cooperativismo para combater a insegurança alimentar, dinamizar economias locais e contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar está diretamente alinhado aos eixos estruturantes da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza: promoção de sistemas alimentares inclusivos, apoio à produção local, valorização de práticas sustentáveis e construção de resiliência comunitária diante das mudanças climáticas.

Neste Ano Internacional das Cooperativas e no marco da COP 30, reafirmamos que não haverá transição ecológica justa nem segurança alimentar global sem o protagonismo das agricultoras e agricultores familiares organizados em cooperativas. A Aliança Global encontra, nas mãos que cultivam, cooperam e cuidam, o caminho para um futuro mais digno, sustentável e solidário.

O Sistema

UNICAFES

União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária



Histórico e atuação

Fundada em junho de 2005, na cidade de Luziânia (GO), a **União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)** é uma organização da sociedade civil, de direito privado e sem fins econômicos, cuja sede nacional localiza-se em Brasília (DF). A entidade foi criada para ser voz ativa e instrumento de representação institucional do cooperativismo solidário, articulando agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e outros segmentos rurais, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento sustentável e a justiça social no campo.

A UNICAFES defende a inclusão social produtiva como eixo estruturante de suas ações, promovendo iniciativas que ampliam o acesso a trabalho digno, geração e distribuição de renda, produção de alimentos saudáveis, preservação da biodiversidade e redução das desigualdades. Seu modelo de atuação busca fortalecer as economias locais e valorizar a diversidade cultural dos territórios.

Presente em todas as cinco regiões do país, a UNICAFES reúne aproximadamente 1500 cooperativas associadas, organizadas em 21 unidades estaduais que prestam suporte técnico, organizacional e político às cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária.

O modelo de atuação institucional combina bases de serviços especializadas e operacionais, promovendo mobilização, formação continuada e qualificação técnica junto aos diversos ramos do cooperativismo. Sua missão é apoiar e potencializar as iniciativas econômicas das cooperativas associadas, consolidando o cooperativismo solidário como estratégia de transformação social, econômica e ambiental.

As cooperativas filiadas à UNICAFES atuam em diversos ramos da economia rural, entre os quais se destacam: crédito, produção agropecuária, transporte, comercialização, trabalho associado e infraestrutura.



MISSÃO

Fortalecer o cooperativismo solidário por meio da representação institucional e da oferta de serviços estratégicos, promovendo o desenvolvimento socioeconômico sustentável com inclusão produtiva e equidade de gênero, geração, raça e etnia.



VISÃO

Ser referência nacional e internacional como articuladora e representante de um cooperativismo solidário inclusivo, democrático e sustentável.



PRINCÍPIOS E VALORES

A UNICAFES se orienta pelos princípios da solidariedade, participação democrática, ética, autonomia, pluralidade, equidade de gênero, geração, raça e etnia, integração em rede, defesa da vida e do meio ambiente, economia solidária, transparência, intercooperação, combate à discriminação e promoção dos direitos humanos.

O que fazemos

- **Organização da Produção:** Apoio técnico em toda a cadeia produtiva, da plantação à comercialização.
- **Acesso a Mercados:** Facilitamos a inserção das cooperativas em programas públicos (PNAE, PAA) e redes de comércio justo.
- **Representação Política:** Atuamos na defesa dos interesses das cooperativas junto a políticas públicas estratégicas.
- **Formação e Capacitação:** Promovemos cursos, oficinas e eventos para fortalecer a autogestão, a governança e o protagonismo dos cooperados e cooperadas.
- **Representação Internacional:** Promovemos a representação dos interesses das cooperativas brasileiras da agricultura familiar junto aos principais organismos internacionais que impactam nossas cooperativas.

Integração do Cooperativismo Solidário Nacional

A UNICAFES, juntamente com outras três centrais — UNISOL, CONCRAB e UNICATADORES — compõe a UNICOPAS (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias). Essa integração fortalece o cooperativismo solidário no Brasil, promovendo uma economia baseada em princípios de solidariedade, democracia e justiça social.

Cooperativismo Solidário: Pilar da Transformação e da Equidade nos Territórios

O cooperativismo solidário, fundamento da atuação da UNICAFES, vai além de uma estratégia de geração de trabalho e renda. Trata-se de um instrumento de transformação social, inclusão produtiva e promoção da equidade. Sustentado pelos princípios da autogestão, solidariedade e democracia econômica, o cooperativismo solidário promove o desenvolvimento local sustentável, valoriza a diversidade dos povos do campo e fortalece a soberania dos territórios.

Com o compromisso de impulsionar esse modelo cooperativo em todo o Brasil, a UNICAFES conta com quatro secretarias temáticas, responsáveis por articular políticas, ações e formações nos mais diversos setores:

Secretaria de Mulheres: Canal de representação das mulheres no âmbito das cooperativas, foi criada para ampliar a participação política, econômica e social das mulheres nos espaços decisórios dos empreendimentos econômicos solidários. Desenvolve ações de formação voltadas ao empoderamento feminino, à igualdade de gênero e à valorização da mulher rural como liderança.

Secretaria de Juventude: Canal de representação das mulheres no âmbito das cooperativas, foi criada para ampliar a participação política, econômica e social das mulheres nos espaços decisórios dos empreendimentos econômicos solidários. Desenvolve ações de formação voltadas ao empoderamento feminino, à igualdade de gênero e à valorização da mulher rural como liderança.

Secretaria de Formação: Coordena as iniciativas de educação e qualificação promovidas pela UNICAFES Nacional, atendendo às demandas das cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária. Trabalha com foco na governança, gestão, finanças e mercados, utilizando abordagens metodológicas baseadas em princípios construtivistas e inovação pedagógica, inclusive na Educação a Distância.

Secretaria de Comercialização: Responsável pelo assessoramento comercial da UNICAFES Nacional e das Federações, atua na organização de portfólios de produtos, mapeamento de parceiros estratégicos e desenvolvimento de estratégias de acesso a mercados institucionais e privados, fortalecendo o cooperativismo solidário como vetor de inclusão econômica e sustentabilidade.

Além dessas estruturas, a UNICAFES conta com a Rede Nacional de Mulheres, o Coletivo de Mulheres e o Coletivo de Juventude, que ampliam a mobilização social e política em torno de uma agricultura familiar inclusiva, justa e transformadora.

Institucionalização do GT Clima UNICAFES

Reconhecendo a urgência da crise climática, a UNICAFES criou o Grupo de Trabalho sobre Clima (GT Clima), com a missão de aprofundar o debate, identificar boas práticas e construir estratégias para ampliar a contribuição das cooperativas da agricultura familiar no enfrentamento das mudanças climáticas.

UNICAFES é:

Solidariedade

Justiça Econômica

Sustentabilidade

Democracia

Força Coletiva



Panorama das Práticas Sustentáveis no Sistema UNICAFES

Com o objetivo de fortalecer a contribuição das cooperativas da agricultura familiar para a agenda climática e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a UNICAFES realizou, em 2024, um amplo processo de mapeamento das práticas sustentáveis desenvolvidas no âmbito de suas cooperativas filiadas.

O levantamento revelou um panorama de forte engajamento e compromisso com a sustentabilidade. Veja alguns dos dados:

92,6%
das cooperativas têm agricultores que adotam práticas sustentáveis na produção.

97%
das cooperativas têm interesse em discutir sobre a certificação de produtos orgânicos.

73,46%
de cooperativas adotam projetos de inclusão, sejam de jovens ou de mulheres.

61,7%
das cooperativas adotam práticas sustentáveis na agroindustrialização de produtos.

75%
têm agroindústria.

97%
têm interesse em desenvolver estratégias de logística compartilhada.

As práticas identificadas incluem o uso de fertilizantes orgânicos, sistemas agroflorestais, rotação de culturas, conservação do solo, uso eficiente da água, geração de energia renovável, entre outras iniciativas que promovem a resiliência climática e a sustentabilidade ambiental.

O monitoramento reforça o papel estratégico das cooperativas da agricultura familiar na construção de sistemas produtivos mais justos, resilientes e integrados aos desafios da crise climática. Demonstra também a capacidade do cooperativismo de ser agente de inovação social, inclusão econômica e protagonismo juvenil e feminino no meio rural.

A UNICAFES reafirma, com base nesses dados, a importância de que políticas públicas, programas de fomento e ações climáticas internacionais reconheçam e valorizem as cooperativas da agricultura familiar como parceiras essenciais na construção de um futuro sustentável e inclusivo.



Públicos-Alvo do Manifesto do Cooperativismo da Agricultura Familiar para a COP 30

berania alimentar, da bioeconomia inclusiva e da mitigação das mudanças climáticas em nível nacional e global.

1.

Presidência da COP 30

A Presidência da COP 30 tem um papel decisivo na definição da agenda, na escolha dos temas prioritários e na articulação política internacional da Conferência. Seu apoio é fundamental para garantir que as cooperativas da agricultura familiar sejam reconhecidas como atores estratégicos no enfrentamento da crise climática, com espaço garantido nos debates, nas mesas de negociação e nos planos de ação que emergirão do encontro de Belém.

Incluir o cooperativismo da agricultura familiar nas discussões presididas fortalecerá o caráter inclusivo, participativo e transformador que a COP 30 pretende imprimir, especialmente por ocorrer na Amazônia, território simbólico de resistência, diversidade e práticas sustentáveis.

2.

Governo Federal

O Governo Federal brasileiro é o principal anfitrião da COP 30 e tem a responsabilidade de representar a diversidade dos setores produtivos e sociais do país. Seu compromisso em incorporar as cooperativas da agricultura familiar nas ações climáticas nacionais e nas atividades da Conferência será determinante para promover uma agenda de justiça social e ambiental.

A articulação de políticas públicas específicas para fortalecer o cooperativismo da agricultura familiar contribuirá para o fortalecimento da so-

3.

Estados Partes da UNFCCC

Os Estados Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) possuem voz e voto nas negociações climáticas globais. Seu reconhecimento do papel das cooperativas da agricultura familiar como agentes de soluções para a crise climática pode influenciar a adoção de decisões mais inclusivas e comprometidas com a agricultura de base familiar.

Promover a agricultura familiar cooperativada como estratégia para alcançar as metas do Acordo de Paris fortalecerá a capacidade de resiliência dos sistemas agroalimentares e contribuirá para a construção de economias rurais sustentáveis nos diversos territórios globais.

4.

Organizações Internacionais

Organizações internacionais como FAO, IFAD, UNDP, UNIDO, e Banco Mundial têm papel crucial na formulação de programas, financiamento e apoio técnico a projetos de desenvolvimento sustentável. Seu engajamento é fundamental para impulsionar a agenda das cooperativas da agricultura familiar nos processos de cooperação e investimento em soluções baseadas na natureza e em territórios rurais.

A inclusão do cooperativismo da agricultura familiar nas estratégias internacionais permitirá a construção de programas de resiliência climática, segurança alimentar e inclusão socioeconômica com resultados amplos e duradouros.

5.

Comunidade Internacional

A sociedade civil, os cidadãos globais e os movimentos sociais internacionais desempenham um papel vital na pressão por justiça climática e na formação da opinião pública mundial. Sensibilizar a comunidade internacional sobre o papel das cooperativas da agricultura familiar pode fortalecer a demanda global por compromissos climáticos mais justos e inclusivos.

O apoio da comunidade internacional pode amplificar a voz dos pequenos produtores e suas organizações, promovendo uma visão de desenvolvimento que respeita a biodiversidade, a cultura e a dignidade dos povos do campo.

6.

Sociedade

A sociedade brasileira e mundial é parte essencial da transformação necessária para combater a crise climática. O reconhecimento e o apoio público ao trabalho das cooperativas da agricultura familiar são fundamentais para gerar legitimidade social, pressionar por políticas públicas e valorizar práticas sustentáveis de produção e consumo.

Mobilizar a sociedade para o fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar também é uma forma de fomentar uma nova cultura de responsabilidade ambiental, solidariedade e respeito às populações tradicionais e rurais.

7.

Organizações Representativas, Filantrópicas e de Fomento

Instituições representativas, fundações filantrópicas e entidades de fomento têm capacidade de impulsionar projetos, alavancar recursos e fortalecer redes de impacto. Seu apoio pode ser decisivo para ampliar as capacidades das cooperativas da agricultura familiar, promovendo sua profissionalização, acesso a tecnologias, mercados e instrumentos de financiamento verde.

Essas organizações são parceiras estratégicas para escalar boas práticas, gerar inovação social e garantir que as soluções oriundas da agricultura familiar cooperativada estejam no centro da nova economia verde e inclusiva.

8.

Movimento Cooperativista

O próprio movimento cooperativista, nacional e internacionalmente, tem um papel essencial de fortalecer a articulação política, a formação de alianças e a construção de uma narrativa conjunta que coloque o cooperativismo da agricultura familiar como parte das soluções para a crise climática.

A unidade do movimento será fundamental para garantir a visibilidade e a efetiva inserção das cooperativas nos compromissos da COP 30 e para defender um modelo de desenvolvimento baseado em princípios de solidariedade, autogestão, sustentabilidade e democracia econômica.

9.

Academia

As universidades, centros de pesquisa e institutos acadêmicos têm papel estratégico na produção de conhecimento, sistematização de boas práticas e formulação de propostas baseadas em evidências. Seu apoio pode qualificar as contribuições das cooperativas para os debates técnicos e científicos da COP 30.

Além disso, a academia pode colaborar na construção de indicadores, no monitoramento de resultados e na capacitação de lideranças cooperativistas para atuarem de maneira ainda mais efetiva nos espaços de formulação e implementação de políticas climáticas.

10.

Fundos de Financiamento Brasileiros e Internacionais

Fundos climáticos nacionais e internacionais, bancos de desenvolvimento e investidores de impacto têm o poder de direcionar recursos para iniciativas de baixo carbono, inclusão produtiva e regeneração ambiental. A inclusão das cooperativas da agricultura familiar como beneficiárias prioritárias desses fundos é essencial para garantir escala, impacto e sustentabilidade a longo prazo.

Financiar o cooperativismo da agricultura familiar é investir diretamente na proteção dos ecossistemas, na promoção da segurança alimentar e no combate à pobreza, pilares centrais para o sucesso da transição ecológica justa que o planeta necessita.

11.

Setor Privado e Empresas de Impacto

O setor privado, em especial empresas comprometidas com princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) e a nova economia de impacto, tem um papel crescente na transição para práticas mais sustentáveis e justas. Ao integrar as cooperativas da agricultura familiar em suas cadeias produtivas, programas de responsabilidade social e estratégias de compras sustentáveis, o setor privado pode contribuir diretamente para a mitigação das mudanças climáticas e para a geração de renda em territórios rurais.

Envolver empresas, instituições financeiras, certificadoras e plataformas de comércio ético no fortalecimento das cooperativas familiares é essencial para ampliar investimentos, desenvolver produtos de valor agregado baseados na sociobiodiversidade e fomentar parcerias que impulsionem soluções locais para desafios globais.

12.

Jovens Rurais, Estudantes Universitários e Movimentos de Juventude

A juventude rural e os movimentos de jovens representam o futuro do cooperativismo, da agricultura familiar e da luta contra a crise climática. É fundamental reconhecer, valorizar e fortalecer a participação ativa dos jovens agricultores familiares nas ações de adaptação, inovação agroecológica e liderança comunitária para a sustentabilidade. Sua energia e visão de futuro são imprescindíveis para garantir a continuidade dos territórios rurais vivos, produtivos e resilientes.

Também é crucial mobilizar estudantes universitários e de cursos técnicos ligados às ciências agrárias, administração, contabilidade, cooperativismo, economia e relações internacionais, estimulando-os a estudar, pesquisar e se engajar com o tema do cooperativismo da agricultura familiar e sua contribuição à agenda global. A construção de um futuro sustentável passa necessariamente pela formação de novas gerações comprometidas com a transformação econômica, social e ambiental dos campos e florestas.

Premissas dos pleitos do cooperativismo da agricultura familiar para a COP 30



As cooperativas da agricultura familiar desempenham um papel essencial na construção de sistemas agroalimentares resilientes, na preservação da biodiversidade e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis. À luz da Década da Agricultura Familiar e do Ano Internacional das Cooperativas, reafirmamos que o futuro climático do planeta passa obrigatoriamente pela valorização e fortalecimento das agricultoras e agricultores familiares.

Tendo como referência o Grupo de Sharm El Sheikh sobre Agricultura e Segurança Alimentar — que reconhece a necessidade de integrar agricultura e segurança alimentar nos acordos climáticos globais —, os pleitos das cooperativas da agricultura familiar do Brasil estão baseadas nos seguintes eixos:

1. Padronizações internacionais que contemplem a agricultura tropical

- Defender a tropicalização das métricas de sustentabilidade, reconhecendo práticas produtivas adequadas à agricultura de clima tropical, como sistemas agroflorestais, manejo sustentável de biomas e agricultura regenerativa.
- Promover o desenvolvimento de um PIB Verde brasileiro que valorize práticas ambientais positivas da agricultura familiar, inclusive no sequestro de carbono e no uso sustentável da terra.
- Apoiar a inserção dos padrões tropicais em fóruns multilaterais (FAO, UNFCCC, PNUD), corrigindo distorções que penalizam produtores familiares de países em desenvolvimento.

2. Valorização da agregação de valor e cadeias sustentáveis

- Reconhecer a produção da agricultura familiar como pilar estratégico da segurança alimentar mundial e da preservação dos ecossistemas.
- Fortalecer instrumentos de apoio como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ampliando o acesso a mercados públicos e privados.
- Incentivar a assistência técnica e extensão rural com enfoque agroecológico, por meio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).
- Apoiar o acesso ao Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) como instrumento de resiliência diante de eventos climáticos extremos.
- Estimular investimentos em infraestrutura rural de baixo impacto ambiental, logística verde e circuitos curtos de comercialização.

3. Participação ativa nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)

- Incluir as cooperativas da agricultura familiar como protagonistas na construção e execução das metas climáticas nacionais.
- Melhorar a base de dados sobre as práticas de baixa emissão desenvolvidas por cooperativas, para embasar a formulação de políticas públicas e captação de recursos climáticos internacionais.
- Garantir que a implementação do mercado de carbono brasileiro (no âmbito do SINARE e da nova legislação) respeite a diversidade produtiva dos sistemas familiares e reconheça seus serviços ecossistêmicos.

4. Fortalecimento da resiliência dos sistemas agroalimentares

- Ampliar o acesso a seguros agrícolas e instrumentos de proteção financeira, garantindo a sustentabilidade econômica das cooperativas em cenários de crise climática.
- Promover o acesso diferenciado a crédito para práticas sustentáveis, incluindo o Pronaf Bioeconomia e o Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade.
- Apoiar a renovação geracional no campo por meio da formação de jovens e mulheres, garantindo a continuidade e inovação dos sistemas produtivos familiares.

5. Inclusão produtiva e justiça social como alicerces da ação climática

- Reforçar que a justiça climática exige enfrentar as desigualdades estruturais que afetam agricultores familiares, mulheres rurais, juventudes e povos e comunidades tradicionais.
- Estimular a incorporação de enfoques de gênero, raça, geração e território na formulação das políticas públicas de adaptação e mitigação.

6. Integração do cooperativismo da agricultura familiar nos mecanismos internacionais

- Defender a criação de mecanismos internacionais de financiamento climático específicos para a agricultura familiar e suas cooperativas.
- Articular a participação das cooperativas em instrumentos como o Fundo Verde para o Clima (GCF) e no Global Stocktake (Balanço Global do Acordo de Paris).





Pleitos do cooperativismo da agricultura familiar para a COP 30

1. Valorização dos Agricultores Familiares

Apesar da relevância das cooperativas no meio rural, o acesso a crédito climático é extremamente limitado. O Fundo Verde para o Clima (GCF) e outras fontes multilaterais ainda não estão adaptadas à escala da agricultura familiar. É necessário promover instrumentos de microcrédito verde, especialmente em parceria com cooperativas de crédito como a Cresol, com forte atuação junto aos pequenos produtores.

Propostas:

- Reconhecimento da agricultura familiar como sujeito político e estratégico na agenda climática global, fundamental para a soberania e segurança alimentar dos povos.
- Criação de políticas públicas e mecanismos de governança climática que assegurem a participação efetiva das organizações de agricultores familiares nos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas ambientais.
- Inclusão das cooperativas da agricultura familiar nos mecanismos oficiais da UNFCCC e do Grupo de Sharm El-Sheik, reconhecendo seu papel na implementação de soluções sustentáveis.

2. Acesso a Microcréditos para Famílias Cooperadas

Apesar da relevância das cooperativas no meio rural, o acesso a crédito climático é extremamente limitado. O Fundo Verde para o Clima (GCF) e outras fontes multilaterais ainda não estão adaptadas à escala da agricultura familiar. É necessário promover instrumentos de microcrédito verde, especialmente em parceria com cooperativas de crédito como a Cresol, com forte atuação junto aos pequenos produtores.

Propostas:

- Estímulo à criação de fundos nacionais e internacionais de microcrédito climático voltados especificamente a famílias agricultoras organizadas em cooperativas.
- Ampliação do acesso a instrumentos financeiros de baixo custo, com assistência técnica e capacitação integrada, para investimentos em práticas sustentáveis.
- Parcerias com bancos públicos e cooperativas de crédito para viabilizar linhas de microcrédito verdes, com foco em produção agroecológica, tecnologias limpas e diversificação produtiva.

3. Modernização do Campo com Sustentabilidade

A digitalização do campo é vital para aumentar a resiliência climática. Segundo o MCTI, o Plano Nacional de Internet das Coisas prioriza a agricultura, reconhecendo seu potencial de inovação e impacto socioambiental. A inclusão das cooperativas familiares nesse processo é estratégica para promover uma transição tecnológica sustentável.

Propostas:

- Investimentos públicos e privados para modernização da produção com tecnologias apropriadas à realidade da agricultura familiar, integrando inovação, digitalização, respeito à cultura local e sustentabilidade.
- Fomento a sistemas de produção resilientes com foco em agricultura de precisão, energias renováveis, conectividade rural e acesso a mercados digitais.

4. Agricultura de Baixo Carbono

O Plano ABC+ (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), do MAPA, inclui práticas agroecológicas e de ILPF (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta) como medidas prioritárias. As cooperativas familiares já aplicam essas práticas e carecem de apoio para acessar programas de certificação ambiental e pagamento por serviços ecossistêmicos.

Propostas:

- Apoio à implementação de práticas de agroecologia, integração lavoura-pecuária-floresta, manejo sustentável de solos e recuperação de áreas degradadas.
- Reconhecimento da contribuição dos agricultores familiares para redução de emissões e sequestro de carbono, com incentivo à certificação e remuneração por serviços ambientais.
- Apoio técnico e financeiro para transição de modelos convencionais para sistemas agroecológicos e regenerativos.

5. Financiamento Climático

Apesar dos compromissos internacionais, menos de 2% dos recursos do GCF chegam diretamente a organizações locais. A inclusão das cooperativas familiares como entidades acreditadas, com critérios adaptados, é um passo fundamental. Estudos propõem a criação de um Fundo Global de Resiliência da Agricultura Familiar para apoiar iniciativas locais de mitigação e adaptação.

Propostas:

- Acesso direto das cooperativas da agricultura familiar a recursos de fundos climáticos multilaterais, como o Green Climate Fund (GCF) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).
- Criação de mecanismos financeiros adaptados à escala e capacidade da agricultura familiar, com critérios simplificados, instrumentos de garantias solidárias e apoio institucional.
- Cooperação internacional para mobilização de recursos voltados a iniciativas locais de baixo carbono, biodiversidade e inclusão socioeconômica.

6. Fortalecimento da Bioeconomia

A bioeconomia de base comunitária é um dos eixos da Nova Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. As cooperativas vinculadas à UNICAFES atuam com produtos da sociobiodiversidade como castanha, açaí, cumaru e óleos essenciais. O investimento em rastreabilidade e comercialização internacional é chave.

Propostas:

- Apoio à cadeias produtivas da sociobiodiversidade, com foco na agregação de valor, rastreabilidade e comercialização dos produtos oriundos da floresta e dos territórios tradicionais.
- Investimento em infraestrutura, inovação e governança territorial para as cooperativas que atuam com extrativismo sustentável, sistemas agroflorestais e produtos da biodiversidade brasileira.
- Valorização do conhecimento tradicional e dos saberes dos povos do campo, da floresta e das águas como parte da inteligência climática dos territórios.

7. Fomento à Transição Energética

A geração descentralizada de energia solar representa uma oportunidade para aumentar a autossuficiência das cooperativas. O Plano Clima do Governo Federal prevê a promoção de fontes renováveis, e estudos mostram que famílias rurais podem gerar entre R\$ 500 e R\$ 2.000 por ano com créditos de carbono gerados por energia solar.

Propostas:

- Ampliação do acesso das cooperativas da agricultura familiar a tecnologias de energia solar, biomassa, biogás e outras fontes limpas, com apoio técnico e linhas de crédito específicas.
- Inclusão das cooperativas nos programas de transição energética justa e descentralizada, com prioridade para territórios vulnerabilizados.
- Incentivo à geração distribuída e à autossuficiência energética nas unidades de produção e beneficiamento da agricultura familiar.

8. Adaptação e Mitigação de Riscos Climáticos

O estudo do PNUD (2024) mostra que apenas 27% dos agricultores cooperados na Amazônia têm acesso à ATER, índice ainda menor entre os não cooperados. A assistência técnica climática é decisiva para mitigar riscos e construir resiliência territorial.

Propostas:

- Criação de programas territoriais de resiliência climática com protagonismo das cooperativas, envolvendo sistemas de alerta precoce, diversificação de culturas e práticas agroecológicas.
- Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural (ATER) com enfoque em adaptação climática, voltada à proteção da produção, da renda e da vida no campo.
- Ampliação do acesso a seguros rurais climáticos e políticas de gestão de riscos integradas à lógica cooperativista.

9. Inclusão Socioprodutiva da Juventude e das Mulheres Rurais

O Censo Agropecuário do IBGE (2017) apontou o envelhecimento da população rural e a baixa titularidade das mulheres. As cooperativas da UNICAFES promovem a formação de lideranças jovens e femininas, mas é necessário ampliar o acesso ao crédito diferenciado e políticas de formação técnica para esses grupos.

Propostas:

- Reconhecimento da juventude rural e das mulheres agricultoras como atores estratégicos para a inovação, regeneração e continuidade da agricultura familiar.
- Criação de programas climáticos com prioridade para jovens e mulheres cooperados(as), com acesso diferenciado a crédito, formação, tecnologias sociais e espaços de decisão.
- Apoio à formação de lideranças jovens e femininas no cooperativismo, com enfoque em gestão sustentável, empreendedorismo e governança climática nos territórios.

10. Soberania e Segurança Alimentar como Pilares da Justiça Climática

A FAO reconhece os sistemas alimentares baseados na agricultura familiar como mais resilientes e essenciais ao combate à fome. A crise climática ameaça esses sistemas, e políticas públicas como o PAA e o PNAE são fundamentais para protegê-los.

Propostas:

- Inserção dos sistemas alimentares baseados na agricultura familiar no centro das negociações climáticas como estratégia de mitigação, adaptação e combate à fome.
- Criação de políticas públicas que protejam os circuitos curtos de comercialização e garantam acesso a alimentos saudáveis e produzidos localmente, mesmo diante de eventos climáticos extremos.
- Fortalecimento da resiliência dos sistemas alimentares locais, com incentivos à diversificação produtiva, estoques comunitários, circuitos territoriais de abastecimento e compras públicas.

11. Inclusão Digital e Inovação Tecnológica para o Clima

A exclusão digital no campo compromete o acesso a mercados, financiamento e informações climáticas. O Ministério das Comunicações tem expandido o Wi-Fi Brasil, mas é preciso garantir conectividade estratégica. Plataformas de rastreabilidade e gestão digital são urgentes para profissionalizar as cooperativas.

Propostas:

- Garantia de acesso à conectividade e inclusão digital nas comunidades rurais como base para a construção de políticas climáticas baseadas em dados, participação e transparência.
- Criação de infraestruturas e plataformas tecnológicas que conectem cooperativas familiares a mercados, programas de crédito climático, alertas de risco e cadeias logísticas inteligentes.
- Apoio à digitalização das cooperativas e uso de tecnologias de baixo custo (como apps de rastreabilidade, monitoramento climático e gestão agroecológica) para aprimorar práticas sustentáveis, garantir transparência e facilitar o acesso a financiamento verde.

12. Expansão da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Agricultura Familiar

O acesso à ATER adaptada às mudanças climáticas é essencial. A PNATER, o Plano Safra da Agricultura Familiar e o PAA devem ser integrados a fundos climáticos. A atuação das cooperativas como prestadoras de ATER deve ser fortalecida com recursos nacionais e internacionais.

Propostas:

- Ampliação massiva da oferta de serviços públicos e privados de ATER especializada em práticas sustentáveis, agroecologia, bioeconomia e adaptação climática, com prioridade para agricultores familiares organizados em cooperativas.
- Criação de programas nacionais e internacionais de fortalecimento da ATER na Amazônia, onde apenas 27% dos cooperados acessam este serviço, segundo estudo recente do PNUD (2024), índice ainda mais baixo entre produtores não cooperados.
- Estímulo à participação de cooperativas, associações locais e organizações da sociedade civil como prestadoras de ATER climática, diversificando a implementação e respeitando as especificidades territoriais.
- Mobilização de recursos dos fundos climáticos internacionais, como o Green Climate Fund (GCF), para financiar projetos de assistência técnica adaptativa voltados à agricultura familiar.
- Integração da expansão da ATER com políticas públicas como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), o Plano Safra da Agricultura Familiar, o PAA e o PNAE.



Reconhecimentos e Alianças em Prol da Sustentabilidade

O Manifesto das Cooperativas da Agricultura Familiar para a COP 30 é o resultado de uma construção coletiva, baseada no compromisso com a justiça climática, a soberania alimentar e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. A UNICAFES reconhece e agradece os importantes aliados institucionais que têm se somado a esta jornada em prol de um futuro mais justo, resiliente e cooperativo.



TRIAS

A organização belga TRIAS tem sido uma parceira histórica da UNICAFES, apoiando, há 20 anos, projetos de fortalecimento institucional, formação de lideranças e promoção de práticas sustentáveis nas cooperativas da agricultura familiar em todo o Brasil. Agradecemos a parceria cheia de grandes resultados e esperamos expandi-la ainda mais nos próximos anos, especialmente no campo da sustentabilidade e mudança do clima.



Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

A UNICAFES agradece imensamente, em nome do cooperativismo brasileiro da agricultura familiar, ao apoio prestado ao desenvolvimento das cooperativas, cooperados e comunidades pelo MDA. Destacamos a forte e constante parceria com as secretarias de Agricultura Familiar e Agroecologia (SAF) e de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB).



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

A UNICAFES agradece e valoriza a parceria com o MMA. Destacamos a profícua cooperação com as secretarias de Bioeconomia e Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável. Estamos comprometidos a trabalhar juntos pelo fortalecimento dos negócios sustentáveis de nossas cooperativas em todo o país.



Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Valoramos enormemente a colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, através da Secretaria de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura. O Itamaraty tem sido um grande apoiador das ações para fortalecer os negócios internacionais das cooperativas da agricultura familiar.



Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

O MDIC é um importante aliado na construção de estratégias de inovação e desenvolvimento das cooperativas da agricultura. Agradecemos à importante colaboração com a Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV).



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

A UNICAFES agradece e valoriza a cooperação com o MDS, especialmente com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que tem apoiado o fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar como parte da estratégia de combate à fome no Brasil.



Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)

A articulação da Assessoria Especial de Economia Solidária da Secretaria-Geral da Presidência da República tem sido essencial para a inclusão da agricultura familiar nos espaços decisórios de formulação de políticas públicas, bem como para o fortalecimento da sociedade civil e da economia solidária na agenda climática.



ApexBrasil

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações tem sido uma parceira de primeira hora na internacionalização de produtos da agricultura familiar, contribuindo para o acesso das cooperativas a mercados diferenciados e sustentáveis. Agradecemos o apoio dado a nossas cooperativas e esperamos avançar em ações internacionais de valorização da socioeconomia brasileira.



SEBRAE

Há décadas, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas tem exercido papel fundamental na capacitação técnica, acesso a mercados e desenvolvimento de negócios sustentáveis das cooperativas filiadas à UNICAFES, promovendo o empreendedorismo rural com responsabilidade socioambiental.



EMBRAPA

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária tem sido uma grande parceira na produção e disseminação de conhecimento técnico e científico voltado à inovação, agroecologia e adaptação às mudanças do clima nas cooperativas da agricultura familiar. Esperamos fortalecer ainda mais a cooperação nos próximos anos.



Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)

A UNICAFES aprecia e é muito grata pela colaboração com o MAPA, especialmente pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI), cujas ações têm fortalecido a modernização, inclusão e sustentabilidade das cadeias produtivas da agricultura familiar.



Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

A UNICAFES valoriza a parceria com o MPA, em especial no desenvolvimento do Plano Nacional de Aquicultura para cooperativas e associações da agricultura familiar e economia solidária. Esta colaboração tem contribuído para a inclusão produtiva e a geração de renda em territórios rurais e tradicionais.



Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

A UNICAFES valoriza a parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), especialmente no apoio ao Projeto Roda Bem Caminhoneiro, uma importante iniciativa que promove o fortalecimento de cadeias logísticas locais e a inclusão produtiva de trabalhadores autônomos e cooperativas no meio rural.



Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP)

A atuação do MEMP tem sido estratégica para promover o empreendedorismo rural e fortalecer os pequenos negócios cooperativos como alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda no campo.



Sistema OCB

A UNICAFES reconhece a importância do diálogo e da construção conjunta com o Sistema OCB na defesa do cooperativismo brasileiro como modelo eficiente e solidário de organização econômica e social. Agradecemos especialmente a parceria para implementação de capacitações através de recursos do Sescóop e esperamos ampliar a cooperação técnica.



Unicopas

A União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas) tem sido uma importante plataforma estratégica no fortalecimento do cooperativismo solidário e na articulação conjunta de pautas políticas em defesa dos povos do campo, das florestas e das águas. Como membros fundadores da confederação, trabalhamos para aprimorar os serviços prestados às cooperativas brasileiras.



CRESOL

Cresol

Dividindo raízes comuns, UNICAFES e Cresol têm trabalhado em cooperação desde o seu surgimento. A parceria com o Sistema Cresol reforça o papel estratégico do cooperativismo de crédito no fomento à inclusão financeira, ao investimento produtivo e ao fortalecimento econômico das cooperativas da agricultura familiar.



Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

A UNICAFES reconhece os esforços do BNDES em apoiar iniciativas voltadas à transição energética, agroecologia, bioeconomia e desenvolvimento territorial sustentável, por meio de linhas de financiamento e parcerias com impacto social.



União Europeia

A União Europeia tem promovido importantes espaços de cooperação técnica e política com a sociedade civil brasileira, especialmente no que se refere à agenda climática, direitos humanos, produção sustentável e comércio justo. Agradecemos o apoio em projetos de promoção das cooperativas brasileiras da agricultura familiar.



UNITED NATIONS
DEPARTMENT OF ECONOMIC
AND SOCIAL AFFAIRS

UNDESA Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas

A UNICAFES agradece a confiança e o apoio do UNDESA, com quem compartilha a missão de promover o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades, especialmente por meio da celebração do Ano Internacional das Cooperativas de 2025.

Participação em Conselhos Nacionais

A UNICAFES reafirma seu compromisso com a incidência democrática e a construção participativa de políticas públicas ao atuar ativamente nos seguintes espaços colegiados nacionais:

- **CONSEA**
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- **CONDRAF**
Conselho Nacional do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
- **CNES**
Conselho Nacional de Economia Solidária
- **CONAPE**
Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
- **CNAPO**
Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Frentes parlamentares

Frente Parlamentar de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Combate à Fome

A UNICAFES manifesta seu sincero agradecimento à Frente Parlamentar de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Combate à Fome, na pessoa do Deputado Federal Padre João, pelo compromisso contínuo com a promoção do direito humano à alimentação adequada e pelo apoio à valorização das cooperativas da agricultura familiar como agentes fundamentais para a garantia da soberania alimentar em nosso país.

Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica

A UNICAFES agradece, com entusiasmo e reconhecimento, à Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, coordenada pelo Deputado Federal Leonardo Monteiro, pela dedicação à construção de um modelo de desenvolvimento rural pautado na sustentabilidade, na justiça ambiental e na valorização dos modos de vida da agricultura familiar.

Frente Parlamentar do Cooperativismo

A UNICAFES expressa seu apreço à Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), sob a liderança do Deputado Federal Arnaldo Jardim, pelo apoio histórico e contínuo à agenda do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento econômico, inclusão social e democratização das oportunidades no campo brasileiro.

Frente Parlamentar da Economia Popular e Solidária

A atuação parlamentar em defesa da economia solidária tem sido essencial para o avanço de políticas públicas que reconhecem e valorizam os empreendimentos coletivos como motores de justiça econômica, social e ambiental. Agradecemos imensamente ao Deputado Federal Fernando Mineiro por sua dedicação incansável ao desenvolvimento das cooperativas da agricultura familiar.

Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar

A UNICAFES agradece o compromisso da Frente com a valorização das cooperativas da agricultura familiar, bem como com o avanço de legislações que promovem o direito à alimentação saudável, o fortalecimento dos territórios e a justiça climática. Agradecemos especialmente o Deputado Federal Marreca Filho por sua liderança e apoio ao cooperativismo da agricultura familiar.



Liderança Nacional UNICAFES

ASSOCIAÇÃO UNICAFES

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aparecido Alves
Secretária: Aline Pasda
Tesoureiro: Fátima Torres
Sec. de Formação: Sandro Souza da Silva
Sec. de Juventude: Fernando de Souza Barbosa
Sec. de Mulheres: Sandra Nespolo Bergamin
Conselheiro 1: Fabiana Barros
Conselheiro 2: Valons de Jesus Mota
Conselheiro 3: Genes da Fonseca Rosa
Conselheiro 4: Lecian Gilberto Conrad
Conselheiro 5: Icaro Rennê
Conselheiro 6: Luciano Monteiro
Conselheiro 7: Tatiane Valente
Conselheiro 8: Regina Aparecida de Castro
Conselho Fiscal titular: André Mosselin da Silva Rodrigues
Conselho Fiscal titular: Cleiton Medeiros
Conselho Fiscal titular: Maria Ivoneide de Sena da Silva Rodrigues
Conselho Fiscal suplente: Milla Lima Prazeres
Conselho Fiscal suplente: Antonio Moreira Filho

CONFEDERAÇÃO UNICAFES

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Fátima Torres
Secretária: Aline Pasda
Tesoureiro: Aparecido Alves
Sec. de Formação: Sandro Souza da Silva
Sec. de Juventude: Fernando de Souza Barbosa
Sec. de Mulheres: Sandra Nespolo Bergamin
Conselheiro 1: Icaro Rennê
Conselheiro 2: Lecian Gilberto Conrad
Conselheiro 3: Osiris Soares de Magalhães
Conselheiro 4: Daniela Flores
Conselheiro 5: Antonio Moreira de Sousa Filho
Conselho Fiscal titular: André Mosselin
Conselho Fiscal titular: Cleiton Medeiros
Conselho Fiscal titular: Milla Lima Prazeres
Conselho Fiscal suplente: Maria Ivoneide de Sena
Conselho Fiscal suplente: Regina Aparecida de Castro
Conselho Fiscal suplente: Suianny Barbosa do Nascimento

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO MANIFESTO

Alcidir Mazutti Zanco
 Daiane Benso
 Daniel Rech
 Daniela Celuppi
 Marcos Vinicius de Andrade Gomes

CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA A COMPOSIÇÃO DO MANIFESTO



GAIA
 Global Arena International Affair LTDA.
 Site: www.gaiaconsulting.org

Referências

FRANCISCO, Papa. Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum. Vaticano, 2015. Disponível no QrCode.



GUTERRES, António. Discurso na Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU. Nova Iorque, 2021. Disponível no QrCode.



SEN, Amartya. Development as Freedom. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

DONGYU, QU. Mensagens para a Década da Agricultura Familiar. FAO, 2019. Disponível no QrCode.



SANTOS, George Freitas. De tempos em tempos. Poema inédito. 2025.

FAO. State of Food and Agriculture (SOFA) 2019 and 2022. Roma: Food and Agriculture Organization, 2019-2022. Disponível no QrCode.



IBGE. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível no QrCode.



EMBRAPA. Portal Agricultura Familiar. Brasília: Embrapa, 2024. Disponível no QrCode.



ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). Relatório Estatístico Global do Cooperativismo, 2022. Disponível no QrCode.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Resolução sobre o Ano Internacional das Cooperativas 2025. Nova Iorque: ONU, 2023. Disponível no QrCode.



UNFCCC. Grupo de Sharm El Sheikh sobre Agricultura e Segurança Alimentar. COP 27 Sharm El-Sheikh Implementation Plan. 2022. Disponível no QrCode.



IPEA. Impactos Econômicos e Sociais do Cooperativismo. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023. Disponível no QrCode.



FREITAS, Alair. Cooperativismo da Agricultura Familiar na Amazônia Legal: Perfil, Realidade e Perspectivas. Brasília: PNUD/MDIC/CNPq/SESCOOP, 2024. (Produto de consultoria técnica).

UNICAFES. Portal Institucional da UNICAFES. Brasília: UNICAFES, 2025. Disponível no QrCode.



UNFCCC. Global Stocktake e Mecanismos de Financiamento Climático. Bonn: Secretaria UNFCCC, 2023. Disponível no QrCode.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Programas de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf, PAA, PNAE, SEAF, CAF, Bioeconomia Brasil). Brasília: MDA, 2025. Disponível no QrCode.



BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano ABC+. Brasília: MAPA, 2021. Disponível no QrCode.



BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Plano Nacional de Internet das Coisas. Brasília: MCTI, 2020. Disponível no QrCode.



BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Nova Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: MMA, 2023. Disponível no QrCode.



CARBONO SOCIAL. Certificação de energia solar e justiça climática. Brasília: Carbono Social, 2025. Disponível no QrCode.



EMBRAPA. Avaliação de sistemas integrados e agroecológicos. Brasília: Embrapa, 2021. Disponível no QrCode.



FAO. Agroecology and Sustainable Food Systems. Roma: FAO, 2021. Disponível no QrCode.



FAO. Digital Agriculture Report: Rural e-Innovation and Platforms. Roma: FAO, 2022. Disponível no QrCode.



FAO. State of Food and Agriculture. Roma: FAO, 2019. Disponível no QrCode.



FAO. Supporting Smallholders through Climate Finance. Roma: FAO, 2022. *Disponível no QrCode.*



HLPE. Investing in Smallholder Agriculture for Food Security. Roma: High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, 2013. *Disponível no QrCode.*



IBGE. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. *Disponível no QrCode.*



IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Solar energy for inclusive development. Paris: IEA, 2023. *Disponível no QrCode.*



ONU MULHERES. Mulheres Rurais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU Mulheres, 2021. *Disponível no QrCode.*



PNUD. Desenvolvimento Resiliente à Mudança do Clima na Amazônia Legal. Brasília: PNUD, 2024. *Disponível no QrCode.*



SAF/MDA. Relatório Nacional da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2023. *Disponível no QrCode.*



UNFCCC. Green Climate Fund – Annual Performance Reports. Bonn: UNFCCC, 2022. *Disponível no QrCode.*



WORLD BANK. Transforming Agricultural Innovation Systems for Climate Resilience. Washington, DC: World Bank, 2021. *Disponível no QrCode.*



20 ANOS
Fortalecendo e unindo o
cooperativismo solidário

UNICAFES
União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária



Ano Internacional
das Cooperativas

www.unicafes.org.br



@unicafesnacional